

FERNANDO HENRIQUE: LEI É PASSAPORTE PARA A MODERNIDADE

Para o presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei Geral de Telecomunicações foi resultado de amplo debate nacional e, embora complexa, foi aprovada em prazo relativamente curto.

«Esta lei visa à modernidade. Não é outra coisa. E modernidade não significa somente haver tecnologia avançada, significa utilizar essa tecnologia de maneira que a população, no seu conjunto, se beneficie do progresso técnico. E esta lei visa a isso», afirmou Fernando Henrique, ao sancionar a Lei Geral de Telecomunicações, no dia 16 de julho de 1997, em cerimônia no Palácio do Planalto. Esta é a íntegra do seu discurso:

F. Bizerra/BG Fotogramalismo



O presidente agradeceu aos que entenderam a importância da nova lei

“Efetivamente, ao promulgarmos, hoje, esta Lei Geral de Telecomunicações, estamos concluindo um processo que foi breve, diga-se de passagem, sobretudo se compararmos com o tempo demandado noutros países para chegar-se a uma legislação dessa complexidade, mas que foi decisivo por vários aspectos. Primeiro, e já o ressaltou o ministro Motta, pelo fato de que esta lei é fruto de amplíssimo debate. E uma lei que foi preparada tecnicamente dentro do Ministério das Comunicações, com assessoria externa. Também dentro do ministério e com a assessoria, num processo de debate bastante aberto e profundo. E, portanto, os funcionários do ministério mencionados e outros milhares talvez não mencionados são merecedores da gratidão do presidente da República e do país que fizeram.

Mas houve um debate também muito amplo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Debate exaustivo. Hoje, ninguém tem dúvida sobre o significado desta lei. Não é uma lei que tenha sido feita para esconder, é uma lei que foi feita para mostrar, para desvelar. E mostrar que nós estamos entrando numa nova fase no Brasil. Numa fase em que o monopó-

lio cede à competição, ao monopólio substitui-se, portanto, a competição.

As decisões, que, por sua complexidade, eram muitas vezes decisões de caráter reservado, passam a uma fase em que são de caráter absolutamente público, absolutamente aberto.

Se no passado era possível ao governo fazer concessões, e era atribuição dos presidentes da República, nós abrimos mão disso. Daqui para a frente tudo se passa em termos de licitações. Passa-se em termos de ver quem oferece melhores condições, não apenas técnicas, mas também financeiras, para beneficiar o Tesouro Nacional. E isso foi feito com amplo apoio do Congresso Nacional.

O ministro Motta já mencionou, mas eu quero reafirmar e agradecer.

Agradecer o empenho dos congressistas, dos líderes, do deputado Luís Eduardo Magalhães e agora do deputado Michel Temer, do presidente José Sarney e agora do senador Antônio Carlos, porque compreenderam a importância desse processo e permitiram que houvesse, realmente, a celeridade necessária, sem prejuízo dos debates.

Os presidentes das comissões, tanto

na Câmara quanto no Senado, e os relatores que fizeram um trabalho indispensável de reconstrução dos textos, de tal maneira que hoje é o texto que nós estamos aprovando; o deputado Alberto Goldman, o senador José Ignácio Ferreira e os presidentes das comissões nas duas casas ajudaram, e ajudaram muito, discutindo, debatendo e creio que hoje nós temos um instrumento moderno. Sim, eu sei que o Hugo Napoleão e o Bezerra também ajudaram. De modo que nós hoje temos um texto que tem realmente uma característica de seriedade e de modernidade.

Modernidade, muitas vezes, é um termo que é mal compreendido ou que esconde. Modernidade, hoje, quer dizer instrumentos claros a serviço do povo. Não é outra coisa, modernidade não significa somente haver tecnologia avançada, significa utilizar essa tecnologia de maneira que a população, no seu conjunto, se beneficie do progresso técnico. E esta lei visa a isso. Quantas dúvidas, mas quantas, foram levantadas, no que dizia respeito: ‘ah, mas se agora vai privatizar, na verdade as regiões mais atrasadas ficarão à margem do grande fluxo de

transformação tecnológica'. Engano, ledão engano. O projeto assegura, através de vários mecanismos, a possibilidade de um atendimento que tenha essa marca social muito forte e que é necessária. Faz parte da modernidade. Por outro lado, não há dúvida nenhuma de que nós não podemos imaginar um progresso nesta área se nós não tomamos os cuidados para que a pesquisa científica esteja abrigada, para que haja recursos e mecanismos que levem à continuidade daquilo que tem sido a marca do nosso sistema de telecomunicações, que é essa capacidade, também, de inovar e de pesquisar. Tudo isso, portanto, é resultado desse enorme esforço coletivo.

Quero dizer que, nesta matéria, o Ministério das Comunicações e, à frente do ministério, o ministro Sérgio Motta marcaram, realmente, um momento da nossa modificação da estrutura do Estado brasileiro. Marcaram esse momento porque entenderam que era preciso avançar com celeridade e quebrar tabus. Através dessa legislação nova e da criação da Anatel, nós estamos, na verdade, inovando a estrutura do Estado. Isto é que é reforma do Estado nesse aspecto. O Estado brasileiro está-se reformando, com o apoio do Congresso Nacional e graças à coragem que tiveram o ministro das Comunicações e o seu ministério, de quebrar certas teias que eram teias meramente tecnocráticas, burocráticas e, às vezes, corporativistas.

Estamos, realmente, criando um instrumento que vai diminuir o poder — poder para o mal, muitas vezes, nem sempre, mas que muitas vezes era o poder de tudo estar resumido dentro de um órgão, de um ministério. Agora, não; agora a política passa por uma agência que, necessariamente, se abre à sociedade e cujos membros, ao ser nomeados, passarão pelo crivo do Senado Federal. Passarão por uma discussão para mostrar se realmente estão à altura das imensas responsabilidades que terão.

O presidente da República assumirá a responsabilidade de designá-los, e vai designá-los tendo em vista o Brasil; nessa matéria não há discussão partidária. Aqui serão indicadas as pessoas, ouvida, naturalmente, amplamente, a sociedade, mas as pessoas que assegurem ao país que as decisões vão continuar tendo ca-

ráter de absoluta prioridade para aquilo que é o interesse nacional. Não que o interesse partidário não sirva ao interesse nacional, também serve, mas há momentos em que é preciso deixar bem claro para a sociedade que há certos órgãos nos quais o que vai prevalecer não é a pequena política, mas a grande política.

E, na medida em que os países compreendem a grande política, também participarão deste processo nesta medida. Eu creio que isso é uma modificação fundamental que está havendo no nosso país a respeito do que seja o exercício da função pública.

Sabem os senhores e senhoras que nesse processo todo, antecipando-se mesmo à lei geral, com a chamada lei mínima, já foi possível dar demonstrações objetivas do que vai acontecer no setor de telecomunicações no Brasil. Foi possível, e nós já estamos vendo os resultados na chamada banda B. Veremos com maior transparência ainda, daqui para a frente, quando nós entrarmos num processo, também, de privatização da banda A e das entidades, das organizações do sistema de telecomunicações. Isso não será feito em detrimento da capacidade do poder público e da agência reguladora de definir as linhas e de controlar os efeitos, porque nós não acreditamos simplesmente na cegueira do mercado.

Nós acreditamos que, sobretudo num país como o Brasil, o poder público tem de estar sempre atento às desigualdades sociais e tem de estar buscando sempre formas de equilíbrio que o mercado, por si só, não é capaz de atender. Mas significa também que nós estamos valorizando e valorizando muitos ativos que antes permaneciam aí como se não tivessem um significado essencial para o Tesouro Nacional.

O país todo sabe do empenho que tem este governo e que tem o presidente da República, pessoalmente, no equilíbrio das contas públicas. Que ninguém se iluda. Não haverá ano eleitoral capaz de demover-me da decisão tranqüila de que o fundamental para o Brasil, para o povo do Brasil, portanto para o social no Brasil, é a manutenção do controle da inflação, é o controle das finanças públicas e, portanto, os recursos gerados serão destinados, de uma maneira obsessiva,

para que nós asseguremos esse controle das finanças públicas. Isso não quer dizer que o governo não disponha de recursos e que, ao assegurar esses recursos para o equilíbrio das contas, ele não esteja, ao mesmo tempo, criando condições para a execução dos programas orçamentários, dos programas sociais, mas as coisas são interligadas.

E, aqui, o compromisso fundamental, pelo qual fui eleito, foi de garantir a estabilidade da moeda, foi de garantir que haja possibilidade de que o salário do trabalhador não seja corroído pela inflação, nem o da classe média, nem os ativos do país e das empresas sejam consumidos numa fogueira incontrolável, quando, realmente, o vento sopra no mesmo lado, ladeira abaixo, dessa espiral inflacionária. Isso não vai voltar. Temos, sim, recursos para fazer o que é necessário dentro da programação orçamentária. Teremos, sim, empenho em fazer, e estamos fazendo, em modificar programas que são essenciais do ponto de vista social. Mas nós sabemos, e o presidente sabe porque foi ministro da Fazenda, tão bem quanto os que melhor saibam que, para que isso possa ocorrer com tranqüilidade, nós temos de ter sempre a preocupação do equilíbrio com as contas públicas.

Acho que, por todas essas razões, hoje, valia a pena fazer o que nós estamos fazendo, solenizar este ato. Termino reiterando os meus agradecimentos ao ministério, ao ministro, ao esforço de todos e, sobretudo, a esse espírito de compreensão que hoje impera no Brasil.

O Brasil hoje não é um país que se mova por movimentos sectários; hoje o Brasil é um país que se move porque existe a capacidade nacional de definição de objetivos e existe a capacidade política de união e existe a compreensão do poder legítimo e dos limites do poder do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, mas, sobretudo, que esse poder só tem, realmente, condição de legitimidade e se estende num processo de participação mais amplo, que inclua a sociedade nos debates fundamentais.

Essa lei é fundamental e, por isso, ela foi objeto desse amplo debate na sociedade, coroado, felizmente, desta forma, que me parece a melhor possível para o nosso país.»